

MENSAGEM/420

Rio Grande, 13 de julho de 2021

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 044 que **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 5.290/99.**

Turismo é o conjunto de atividades que envolvem o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, seja ele doméstico, nacional ou internacional. O turismo está ligado a diversos segmentos, entre eles, o turismo de consumo, onde são organizadas excursões com o objetivo principal de fazer compras, o turismo religioso, realizado para encontros em regiões com tradição religiosa, o turismo histórico-cultural, o turismo rural, o turismo ecológico, o turismo de aventura-esportivo, etc.

Considerando o artigo 180 da Constituição Federal onde prevê que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;

Considerando os dispostos da Lei Orgânica Municipal onde prevê que o Município estabelecerá a política municipal de turismo e definirá as diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, com vistas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;

Considerando que a Política Nacional de Turismo exige que o Município possua Conselho e Plano Municipal de Turismo, atualizados e ativos, como sendo critério obrigatório para propor projetos de infraestrutura turística, de eventos e de fortalecimento ao desenvolvimento turístico ao Ministério do Turismo;

Considerando que o Conselho Municipal de Turismo trata de instância local de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento, envolvendo o poder público e a sociedade civil, que tem como objetivo formular a política Municipal de Turismo, colaborando e instituindo a colaboração no incremento da atividade turística do Município;

Considerando que a legislação referente ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR criado pela Lei municipal nº 5.290, de 06 de janeiro de 1999, encontra-se desatualizada e que a sua base legal sofreu alterações no decorrer dos anos desde 1999;

Considerando que as alterações propostas serão realizadas sem custos adicionais ao erário;

Por fim e diante desse contexto, vimos através deste, solicitar que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos nobres parlamentares.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos,

Respeitosamente,



FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

À Sua Excelência
Ver. FILIPE DE OLIVEIRA BRANCO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

PROJETO DE LEI Nº 044 DE 13 DE JULHO DE 2021

**CRIA O CONSELHO
MUNICIPAL DE TURISMO
E REVOGA A LEI
MUNICIPAL Nº 5.290/99.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo com caráter de órgão técnico consultivo, deliberativo e auxiliar da administração.

Art. 2º São atribuições do Conselho Municipal de Turismo:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - auxiliar o órgão de turismo competente na promoção de inventário da oferta turística do Município e na organização do calendário turístico municipal;

III - estudar as questões referentes ao turismo, propondo à administração municipal medidas de difusão e amparo ao turismo no Município;

IV - sugerir medidas que proporcionem o incremento do turismo no município, auxiliando na organização do seu respectivo planejamento geral;

V - propor a realização de exposições e certames, e incentivar as festividades de cunho artístico, cultural e esportivo, tendo em vista atrair correntes turísticas;

VI - sugerir medidas que visem estimular a melhoria e a construção de estabelecimentos de infraestrutura turística;

VII - Articular-se com órgãos públicos e particulares, a fim de assegurar a convergência de esforços e recursos para o desenvolvimento do turismo no Município.

Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo será integrado pelos seguintes membros:

- a) Um representante das Agências de Turismo;
- b) Um representante da Rede Hoteleira;
- c) Um representante da Associação de Guias de Turismo;
- d) Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
- e) Um representante da Câmara de Comércio;
- f) Um representante da Universidade Federal do Rio Grande;
- g) Um representante da Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação e Turismo;
- h) Um representante da Secretaria de Município de Cultura e do Esporte e Lazer;
- i) Um representante da Secretaria de Município do Cassino;
- j) Um representante da Rede de Museus;
- k) Um representante do Porto do Rio Grande.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único: Será indicado para cada membro titular, um suplente.

Art. 4º A presidência do conselho será decidida através de votação entre os membros do conselho, sendo respeitada a alternância entre órgão público e iniciativa privada, cabendo-lhe convocar e presidir as reuniões do órgão, esclarecer a matéria em pauta e consignar o resultado das votações.

Art. 5º Os representantes indicados nas alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k do artigo 3º serão nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do nome pelas respectivas Entidades.

Art. 6º A duração do mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, contados da sua posse, e permitida a recondução.

Parágrafo Único. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Turismo será gratuito e considerado de relevante serviço público.

Art. 7º O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, tantas vezes quantas for convocado pelo seu Presidente, sendo que o número mínimo para votação é a maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º Nas reuniões do Conselho, poderão ser admitidos a participar, sem direito a voto, representantes das Associações de Classes, Assessores Técnicos, ou outras pessoas capazes de contribuir para a elucidação dos assuntos submetidos à discussão.

Art. 9º O Prefeito Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, homologará o regulamento que for aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 10 Fica revogada a Lei Municipal nº 5.290, de 06 de janeiro de 1999.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 13 de julho de 2021.



FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação